

PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: Que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário?

*Historical and cultural perspective: What theoretician-methodological
contributions can give to praxis of community psychologist?*

Verônica Moraes Ximenes^a, João Paulo Pereira Barros^b

^a Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Docente do Mestrado em Psicologia da (UFC), Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), Fortaleza, CE - Brasil, e-mail: vemorais@yahoo.com.br

^b Psicólogo, Universidade Federal do Ceará (UFC), Bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fortaleza, CE - Brasil, e-mail: jppbarros@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo objetiva apontar em que aspectos as nuances teórico-metodológicas da perspectiva histórico-cultural, desenvolvida por Lev Vigotski e seus legatários, podem reverberar na práxis do psicólogo comunitário e contribuir com o seu aprimoramento. Para tanto, são enfocados os seguintes pontos do pensamento vigotskiano: a constituição social das funções psicológicas propriamente humanas, o conceito de mediação semiótica, o método genético de investigação, a mútua implicação entre aprendizagem e desenvolvimento, bem como o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Conclui-se, então, que a perspectiva histórico-cultural amplia o campo de inteligibilidade sobre a complexidade das interações sociais e pode favorecer com que as reflexões sobre os processos psicossociais em comunidades superem a dicotomia entre “social” e “individual”, rechacem perspectivas essencialistas e individualizantes, bem como enfatizem os devires das interações existentes nas tessituras comunitárias. Denota-se ainda que algumas características do método investigativo de Vigotski são proficuas também à psicologia comunitária, pela ênfase no estudo de processos e relações, pelo destaque às trocas e colaborações existentes entre atores sociais heterogêneos e pela possibilidade de interligar a análise microgenética ao acompanhamento de atividades comunitárias. Com efeito, defende-se, por fim, a ideia de que as nuances conceituais e metodológicas relativas à Perspectiva Histórico-Cultural tornam mais consistentes a práxis do psicólogo comunitário, visto que, nesta, mormente, são preconizadas situações dialógicas de interação social e a edificação conjunta de conhecimento.

Palavras-chave: Perspectiva histórico-cultural. Psicologia comunitária. Práxis do psicólogo social.

Abstract

This article aims to point out where the nuances aspects theoretical and methodological perspective of historical-cultural, developed by Lev Vygotsky and their legatees, may reverberate psychologist in practice the community and contribute to its improvement. To this end, following points of vygotskian thought are focused: the formation of social psychological functions as human, the concept of mediation semiotics, the method of genetic research, mutual involvement between learning and development, and the concept of development zone of proximal. It follows, then, that the historical and cultural perspective broadens the field of intelligibility on the complexity of social interactions and that could help with the reflections on the psychosocial processes in communities beyond the dichotomy between "social" and "individual", rechacem prospects essencialistas and individualizantes and emphasize the becomings of the interactions in the community tessituras. Denotes are still some characteristics of the investigative method of Vygotsky are also useful to the psychology community, the emphasis in the study of processes and relations, highlighted by the exchanges and collaborations between social actors heterogeneous and the possibility of linking the analysis of the monitoring microgenética community activities. Indeed, it is ultimately the idea that the nuances conceptual and methodological perspective on history-Cultural become more consistent practice of the community psychologist, since, in this, especially, are recommended dialogical situations of social interaction and building joint knowledge.

Keywords: *Historical and cultural perspective. Community psychology. Praxis of social psychologist.*

INTRODUÇÃO

A Perspectiva Histórico-Cultural figura como uma das principais realizações da Psicologia nas primeiras décadas do século XX. Vieram exatamente de seu fundador, o russo L.S. Vigotski, e de seus legatários alguns dos mais fecundos estudos acerca de questões teóricas e metateóricas gerais relacionadas às investigações psicológicas.

Para Wertsch e Smolka (1995), a perspectiva vigotskiana, a partir de sua ancoragem no materialismo histórico-dialético, apresenta três pontos principais: a constituição do psiquismo a partir das interações sociais, o caráter mediado de tal constituição e a utilização do método genético de investigação. Desse modo, em seu bojo, formularam-se proposições inovadoras no tocante à compreensão do desenvolvimento humano e de alguns dos processos psicológicos nele envolvidos, como o pensamento, a linguagem e a consciência, o que, até hoje, suscita possibilidades de diálogo e de composições de sentido que extrapolam limites disciplinares.

Segundo Mainardes e Pino (2000), as ideias vigotskianas se difundiram no Brasil a partir dos anos 70. Decerto, contribuíram, para isso, as efervescentes arguições acerca da psicologia social, dentro da qual a perspectiva histórico-cultural

também passou a ser designada de psicologia sócio-histórica (Colaço, Pereira, Mota, Chaves & Sá, 2007). Àquela época, principalmente à luz do ideário marxista, vários psicólogos contestavam a psicologia social moderna, de cunho positivista, visando à elaboração de uma práxis que concebesse o psiquismo de modo contextualizado e que se comprometesse com a transformação dos dilemas coletivos da América Latina.

Os escritos de Sílvia Lane e Ignácio Martín-Baró, dentre outros, ilustram, cada um ao seu modo, essa interlocução entre a perspectiva histórico-cultural e a reconceituação da Psicologia Social. Por sua vez, a Psicologia Comunitária emergiu desta revisão, sobretudo no contexto latino-americano, destacando-se por focar processos psicossociais existentes em comunidade (Freitas, 1998, 2005; Scarparo & Guaresch, 2007), por inscrever-se em campos diversos, como movimentos sociais e políticas públicas, e por apresentar um acervo teórico-metodológico heterogêneo e ainda em construção.

Frente a esse cenário, o objetivo do presente artigo é apontar em que aspectos as nuances teórico-metodológicas da perspectiva histórico-cultural podem reverberar na práxis do psicólogo comunitário e contribuir com o seu aprimoramento. Para tanto,

doravante, após a apresentação de questões centrais à práxis do psicólogo comunitário, construir-se-ão, simultaneamente à exposição de aspectos-chave da compreensão histórico-cultural do psiquismo humano e do método de investigação ensejados por Vigotski, argumentos que indicam de que forma tal perspectiva pode se articular à práxis do psicólogo comunitário, da forma como esta vem sendo sistematizada por autores como Maritza Montero, Quintal de Freitas e Cezar Góis.

Através desse diálogo, espera-se contribuir no desenvolvimento conceitual e operacional da Psicologia Comunitária. Ademais, almeja-se endossar a ideia de que as contribuições de Vigotski podem ser perceptíveis não apenas no âmbito educacional *stricto sensu*, onde sua relevância tem sido reiterada contundentemente (Colaço, 2001; Colaço et. al., 2007; Zanella, 2004).

A práxis do psicólogo comunitário: Considerações gerais

Para a Psicologia Comunitária, tal como é pensada por Góis (1994, 2005), Freitas (1998, 2005) e Montero (2004), a noção de práxis, como resultante da unidade entre teoria e prática, constitui-se um dos maiores legados da Educação Popular, ensinada por Paulo Freire (1980) a partir de meados do século XX, e das vertentes teóricas que se insurgem, desde a década de setenta do século passado, em contraposição ao viés positivista preponderante até então na psicologia social (Lane, 1995; Martin-Baró, 1998). Em razão dessa herança, é marcante na práxis do psicólogo comunitário a produção de uma circularidade dialética entre reflexão e ação, o que faz com que a práxis em pauta se afaste, ao longo de sua constituição histórica, tanto de modalidades de ativismo militante ou caritativo nos contextos de trabalho (Góis, 1994; Freitas, 1998), quanto de teorizações sobre seu objeto de estudo que não se desdobrem efetivamente em outras práticas.

Nesse sentido, a práxis do psicólogo comunitário se distingue por se ocupar de processos psicossociais produzidos em dinâmicas comunitárias, levando em conta os contextos socioculturais em que surgem. Ademais, tal práxis se caracteriza por se estabelecer em interação com outros atores sociais, por enfatizar possibilidades das relações e dos atores que compõem dinâmicas comunitárias, bem como por buscar o fomento de

processos direcionados à recriação permanente da existência coletiva (Montero, 2004).

Além disso, outros aspectos permitem complementar a compreensão das nuances da práxis do psicólogo comunitário. Dentre eles, convém ressaltar a busca de:

- 1) conhecer signos e sentidos relativos à dinâmica comunitária que pessoas e grupos constroem ou fazem circular (Freitas, 2005; Góis, 1994, 2005; Barros, 2007);
- 2) entender de que modo tais significações se implicam na constituição de subjetividades e de relações cotidianas (Barros, 2007);
- 3) construir interlocuções dialógicas na produção de conhecimentos e no estabelecimento de objetivos e estratégias de ação (Góis, 1994, 2005; Freitas, 1998, 2005; Montero, 2004);
- 4) constituir e fortalecer práticas voltadas ao trabalho coletivo com o propósito de co-construção de atores sociais que sejam cada vez mais capazes não só de criar conexões sobre os cotidianos em que se inserem, como também de erigir múltiplas possibilidades de vida (Góis, 1994; Montero, 2004).

Por isso, um ponto fulcral da práxis de psicologia comunitária consiste na problematização de saberes e práticas. Tal como é acenada no âmbito da Educação Dialógica de Freire (1980) e da Psicologia Social alinhavada por Martin-Baró (1998), a problematização que perpassa a práxis do psicólogo comunitário permite que acontecimentos, relações e conexões por vezes naturalizadas no cotidiano possam ser submetidos a exercícios críticos, tecendo possibilidades outras de composição de sentidos, de interações sociais e de modos de vida.

Vieira e Ximenes (2008) afirmam que não basta apenas o compromisso social do profissional para o desenvolvimento de uma práxis em psicologia comunitária. A utilização do conceito de conscientização, que advém de trabalhos desenvolvidos por Freire (1980), Martin-Baró (1998) e Góis (2005), amplia a atuação do profissional de psicologia que deixa de ter apenas como diferencial profissional a escuta psicológica e passa

a ter outras especificidades como a facilitação de processos de conscientização a partir de referências teóricas da psicologia.

A partir dessas considerações gerais, as próximas seções tratarão de como aspectos-chave da perspectiva histórico-cultural podem reverberar na práxis do psicólogo comunitário e contribuir para o seu aprimoramento.

A Gênese social do psiquismo e a mediação semiótica: Reverberações na práxis do psicólogo comunitário

Em meio aos seus estudos sobre a situação da psicologia nas décadas de vinte e trinta do século passado, Vigotski (1999a) concluiu que as correntes existentes, ainda que heterogêneas, dividiam-se em duas orientações opostas: um enfoque naturalista e outro idealista do psiquismo. Tal dualismo era o vetor do que este autor considerava uma Crise da Psicologia, pois ambos os enfoques mostravam-se incapazes de explicar as funções psicológicas especificamente humanas - as Funções Psicológicas Superiores (FPS), tais como a memória lógica, a atenção voluntária, a imaginação criativa, o pensamento conceitual e a vontade provisora. (Vigotski, 1991, 1999a).

Diante desse panorama, as pontuações acerca do caráter social do funcionamento humano são, pois, um dos principais fundamentos da Perspectiva Histórico-Cultural. Com isso, "Vigotski desloca definitivamente o foco da análise psicológica do campo biológico para o campo da cultura" (Sirgado, 2000, p. 12) sem, no entanto, recair em uma proposta idealista que desconsidere os processos neuropsicológicos, sem os quais seria impossível a consolidação de uma linha de desenvolvimento cultural já na infância. Logo, nessa corrente, ganham destaque as situações de interação social, concebidas como espaços simbólicos geradores de conhecimentos, de apropriação de significados, de composição de sentidos e subjetividades.

Uma outra questão basilar à Psicologia Histórico-Cultural decorre dessa ênfase nas interações sociais: no transcorrer de sua produção, Vigotski, seguidas vezes, atenta para o fato de que a constituição social dos processos psicológicos especificamente humanos possui um caráter mediado (Vigotski, 1994). Tal mediação se realiza através de instrumentos – condutores e potencializadores da influência humana sobre os objetos – e através do uso de signos – meios auxiliares para a realização de operações mentais, proporcionando ao sujeito uma regulação da própria conduta e de condutas alheias (Vigotski, 1991).

Assim, sobretudo a mediação semiótica - que se estabelece inicialmente através de signos externos e, no decurso do desenvolvimento da criança, através também de signos psicológicos - é apontada por Vigotski e Luria (1996) como fundamental tanto para o desenvolvimento qualitativo, quanto para a análise de funções como a memória, o pensamento e a atenção, não só do ponto de vista filogenético como também ontogeneticamente.¹

Após essa contextualização e reportando-se ao objetivo deste artigo, é plausível a interrogação: afinal, que enlaces podem ser feitos entre essas questões e a práxis do psicólogo comunitário?

A revisão de textos de alguns dos principais expoentes da Psicologia Comunitária (Góis, 1994, 2005; Montero, 2003, 2006; Campos, 2000; Freitas, 1998, 2005) confirma a pluralidade de interfaces possíveis de serem feitas nessa área. Porém, um ponto de convergência é patente: a compreensão de que o desenvolvimento psicológico dos atores comunitários e os movimentos intersubjetivos dos seus contextos se dão de modo imbricado.

Nos interstícios deste consenso, há pontos que aproximam a Perspectiva Histórico-Cultural e as produções de psicologia comunitária consideradas aqui, como a influência do materialismo histórico-dialético, a partir do qual se reitera a existência de relações de mútua constituição entre o tecido social e os seus agentes, bem como a potência destes de

¹ O papel dos signos – em especial da linguagem – nas operações mentais pode ser aclarado pelo exemplo da memória, que é extensiva às demais funções: "funções tais como a memória mudam acentuadamente a partir do momento em que a fala começou a dominar o comportamento da criança. [...] A memória visual pictórica evolui para memória verbal. [...] As palavras e as formas lógicas começam a desempenhar o papel de ferramentas decisivas para a rememoração. Por essa época, vai desaparecendo o tipo de miraculosa memória visual pictórica, conhecida pelo termo eidetismo e que domina os primeiros anos." (Vigotski & Luria, 1996, p. 213).

serem co-construtores de sua história (Lane, 1995). Inclusive, no tocante à concepção de psiquismo, a Psicologia Comunitária traz a lume, peremptoriamente, a ideia da gênese social do psiquismo, em alguns casos com referência explícita à Teoria Histórico-Cultural, como em Góis (1994, p. 45), para quem “O indivíduo é uma realidade histórico-cultural que se encontra fortemente enraizado em um processo social que lhe é próprio.”

As produções de colaboradores de Vigotski, como Leontiev, também têm sido usadas por alguns autores para explicar a especificidade do “objeto” da psicologia comunitária em meio à atuação no tecido comunitário. Góis (1994, p. 40), por exemplo, propôs que tal “objeto” fosse “o processo do reflexo psíquico do modo de vida da comunidade”, vocabulário sobremaneira conexo às conceituações leontievianas sobre a Teoria da Atividade. Góis (1994, p. 48), inclusive, traz à tona o fato de que tal ligação implica que:

[...] o psicólogo comunitário não é aquele que apenas realiza diagnósticos de comunidade e intervém. Ele estuda o modo de vida da comunidade e de como este se reflete e se transforma na mente dos seus moradores, para, novamente, aparecer em suas atividades concretas do dia-a-dia.

Em face dessa compreensão do psiquismo, a centralidade de categorias como consciência e atividade no estudo da condição humana representa mais uma conexão teórica entre a psicologia comunitária e a perspectiva histórico-cultural. A partir de 1924, Vigotski se dedicou a inscrever a Consciência como objeto de estudo da psicologia, para uma elaboração teórica cada vez mais contundente sobre o lugar das relações sociais e da mediação semiótica em sua constituição. Por sua vez, nos anos 80, autores como Lane (1995) e Góis (2005) o tomam como exemplo e elegem a consciência como uma das categorias centrais na psicologia comunitária.² O legado vigotskiano oportuniza, então, que a categoria em destaque apareça, neste caso, como uma função complexa

engendradora por uma multiplicidade de atividades mediadas – e não como uma substância ou um epifenômeno, como se poderia supor à luz de referenciais idealistas.

Em vista desses pontos de enlace, vale acrescentar, aqui, que algumas especificidades das produções de Vigotski podem subsidiar ainda mais os psicólogos comunitários no estudo de processos psicossociais. O conceito de mediação semiótica, por exemplo, ilustra bem a possibilidade de ampliação das reverberações do pensamento de Vigotski na práxis do psicólogo comunitário, pois é uma valiosa chave analítica para se abordar, de modo não dualista, as interações sociais e os movimentos pelos quais seus agentes constroem conhecimento e transformam as suas realidades, a fim de entender as implicações desses processos na construção de subjetividades e de modos de vida em comunidades.

Pelo menos quatro implicações do uso do conceito de mediação semiótica no âmbito da psicologia comunitária podem ser elencadas. A primeira é a de que tal conceito oportuniza pensar que “social” e “individual” não são blocos estanques e impermeáveis, pois Vigotski (1999b, p. 14) admite que o “movimento mais íntimo e pessoal do pensamento, do sentimento, etc., do psiquismo de um indivíduo particular seja efetivamente social e socialmente condicionado.” Logo, como salienta Traverso-Yépez (1999, p. 40), ancorando-se em Vigotski (2000), “o social do psiquismo humano não está determinado pela tipologia dos objetos (outros sujeitos), mas se constitui a partir da construção de um mundo de significados compartilhados.”

Já a segunda implicação é a de que a constituição social do sujeito não traduz uma transposição mecânica de situações “externas” a situações “internas”, fato que homogeneizaria todos aqueles que compartilham de uma mesma trama social. Sobre isso, Vigotski (1999b, p. 17-18) escreve: “tudo em nós é social, mas isto não quer dizer, de modo algum, que as propriedades do psiquismo do indivíduo particular sejam, em sua totalidade absoluta, inerentes a todos os demais integrantes de dado grupo.”

² Inspirado na Teoria Histórico-Cultural e em Paulo Freire (1980), Góis (2005) atestou que as diferentes formas de participação de moradores em atividades de natureza comunitária são fundamentais no desenvolvimento de suas consciências. Com esse estudo, o autor outorgou à atividade mediada – neste caso, a atividade comunitária – a condição de unidade de análise de processos psicológicos - como a consciência - dos atores com os quais o psicólogo comunitário trabalha.

Por consequência, a terceira implicação é a de que o conceito de mediação semiótica leva a supor que os processos interacionais que se engendram em comunidades constituem arenas de apropriação/construção de significados e de produção de sentidos, o que lhes dá uma conotação não necessariamente harmônica. Zanella (2004, p. 3-4), nessa direção, infere que as relações interpessoais de uma forma geral:

São mediadas por sentidos produzidos pelos sujeitos em relação, originados e ao mesmo tempo marcados por outros sentidos, característicos dos grupos sociais a que esses sujeitos pertencem. Isso porque toda palavra, unidade de qualquer enunciação, veicula sentidos públicos e privados; apresenta uma dimensão que é compartilhada (o significado, como afirma Vigotski), a qual traz as marcas da história em que foi forjada. Simultaneamente, há múltiplos sentidos que também podem ser atribuídos a essa mesma palavra, que dependem das condições sociais em que os sujeitos em relação se inserem e das singularidades que ali se objetivam. Ao mesmo tempo em que cada pessoa é participante ativa do contexto em que se insere, sua participação é marcada pelas características do grupo social ao qual pertence, pela posição que assume e é reconhecida, enfim, pela cultura que a forja.

Por fim, a quarta implicação consiste no fato de que considerar a existência da mediação semiótica nesses termos leva a pensar que as interações comunitárias na contemporaneidade transcendem as interlocuções face a face, visto que envolvem também as relações das pessoas que vivem em um determinado território com uma multiplicidade de signos produzidos e circulantes nas várias dinâmicas socioculturais. As palavras de Cecília Góes (2000b, p. 128) corroboram isso:

O estudo das relações sociais não pode se restringir ao exame do plano observável das interações face a face; os processos de linguagem que acontecem nessas interações devem ser vistos como algo maior do que a conversação de interlocutores imediatos; os efeitos dos outros sobre o indivíduo não dependem somente de formas de atuação direta; os outros não são apenas as pessoas fisicamente presentes, mas também “figuras-tipo” da cultura ou representantes dos códigos e normas, participantes das práticas sociais.

Registrados esses pontos, que outros desdobramentos do espólio vigotskiano podem se articular à práxis do psicólogo comunitário? Por certo, essas aproximações teóricas acarretam iniludíveis articulações entre os respectivos métodos, algumas das quais serão dissertadas logo adiante.

O método Vigotskiano e o conceito de ZDP: Reverberações na práxis do psicólogo comunitário

Ao longo de sua obra, Vigotski demonstrou evidente interesse pela análise dos métodos de investigação psicológica. Por admitir que “o método é, ao mesmo tempo, pré-requisito e produto, o instrumento e o resultado do estudo” (Vigotski, 1994, p. 86) e que, conseqüentemente, “a possibilidade da psicologia como ciência é um problema antes de tudo metodológico” (Vigotski, 2001, p. 390); o autor russo realizou críticas aos métodos naturalistas e mentalistas, afirmando que nenhum deles conseguia abordar o que há de especificamente humano no homem e explicar de que forma suas funções se integravam e se transformavam nas relações sociais.

Igualmente, Vigotski pôs em relevo o método genético, na condição de abordagem histórico-dialética, como um modo de proceder à análise do funcionamento humano (Vigotski, 1999a). A preocupação genética do autor, neste caso, reporta-se às condições de construção dos processos psicológicos, como confirma o período subsequente: “só podemos compreender os traços desse tipo (de construção) se adicionarmos também o ponto de vista genético para explicá-los – se indagarmos de onde e de que modo eles se originaram.” (Vigotski & Luria, 1996, p. 95)

Ao propor tal método, Vigotski partiu do pressuposto de que o comportamento humano possui quatro planos genéticos: o filogenético, o sociogenético, o ontogenético e o microgenético. No entanto, interessa acrescer que, de acordo com a perspectiva vigotskiana, estes planos encontram-se articulados. Como observa Cecília Góes (2000a, p. 13), o autor efetuava, por exemplo, ligações entre o plano ontogenético e um nível microgenético de análise,

Isto é, investigava questões ontogenéticas (abrangendo diferentes faixas etárias) e se deslocava para outro nível de estudo que envolvia sessões examinadas das minúcias das

transformações das respostas dos sujeitos. Essa perspectiva pode ser notada nos trabalhos sobre relações entre pensamento-linguagem, atenção, memória, formação de conceitos, fala egocêntrica, desenvolvimento da imaginação, etc.

Então, o método genético possibilita que o psicólogo, ao invés de buscar essências ou repertórios instituídos, dedique-se a estudos e explicações de processos e de relações entre processos, de modo a analisar as potências constitutivas das interações sociais. Preconiza, também, que a investigação psicológica substitua a decomposição do objeto de estudo em seus elementos pela análise de suas unidades,³ o que implica efetuar recortes que conservem as propriedades complexas da questão investigada.

Para adensar a discussão sobre o método em Vigotski, torna-se importante ilustrá-la por meio das considerações do autor sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento. Diferentemente das vertentes psicológicas predominantes no século XX, como a corrente piagetiana, as investigações de Vigotski (1994, p. 118) sugeriam que “o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.”

Na análise da relação aprendizagem-desenvolvimento, Vigotski (2001a, 2001b) lançou mão do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) para explicar de que modo a aprendizagem gera desenvolvimento. Todavia, o curso da obra vigotskiana evidencia mudanças nesse conceito (Valsiner & Van Der Veer, 2000). Inicialmente, Vigotski o definia como a diferença entre os níveis de desenvolvimento real e potencial do sujeito, em meio a discussões sobre a avaliação do desenvolvimento cognitivo do sujeito e de suas críticas aos testes de inteligência. Porém, as últimas produções vigotskianas, como “Pensamento e linguagem” (Vigotski, 1934/1993), conferiram contornos novos e uma maior abrangência ao conceito. Por isso, autores inspirados na Perspectiva Histórico-Cultural que embasam o presente artigo,

como Meira (2003) e Colaço et al. (2007), conceituam a ZDP como um espaço simbólico de construção - seja de conhecimento, seja de subjetividade - que pode emergir em processos interacionais de caráter dialógico e colaborativo.

Sobre essa questão, a despeito das mudanças que Vigotski opera na conceituação da ZDP, importa registrar que uma de suas maiores virtudes em relação à temática do desenvolvimento foi advogar a favor de que este fosse vislumbrado sob um ângulo prospectivo. Desse modo, Vigotski (2001a, p. 327) pontua que:

Como um jardineiro que, para definir o estudo de todo o jardim, não pode resolver avaliá-lo apenas pelas macieiras que já amadureceram e deram frutos, mas deve considerar também as árvores em maturação, o psicólogo que avalia o estudo do desenvolvimento também deve levar em conta não só as funções já maduras mas aquelas em maturação.

A partir daqui, é possível examinar de que forma os aportes metodológicos vigotskianos e o conceito de ZDP aqui adotado, na condição de construto que endossa princípios metodológicos do autor, podem se vivificar na práxis do psicólogo comunitário.

Uma vez que os processos psicossociais forjam-se e se transformam nas e pelas relações estabelecidas histórico-culturalmente, uma das principais características metodológicas do trabalho do psicológico comunitário é sua interação com a profusão de movimentos, saberes, práticas, relações de forças, modos de existência, estratégias de aprendizagem e formas de organização dos mediadores culturais (Vigotski & Luria, 1996) prementes em comunidades. Montero (2006, p. 44) bem atesta essa virada metodológica em relação às práticas tradicionais de psicologia:

Nenhuma investigação ou intervenção comunitária pode fazer-se sem um contato direto e estável entre profissionais externos à comunidade (agentes externos) e membros da comunidade (agentes internos). Este aspecto é de máxima importância porque a relação que

³ Para exemplificar a definição do que seja unidade, é válido registrar a investigação da relação entre pensamento e linguagem. Nesse caso, Vigotski (2001) elegeu o significado da palavra como unidade de análise, por considerá-lo um fenômeno ao mesmo tempo do pensamento e da linguagem, diferenciando-se, dessa forma, dos métodos que buscavam destrinchar pensamento e linguagem em elementos mínimos.

se estabelece entre o profissional de psicologia e as pessoas da comunidade dependerá do caráter participativo que se dá ao projeto que se quer levar a cabo.⁴

Não obstante, o método em psicologia comunitária preconiza a participação ativa de uma pluralidade de atores em momentos de interação dialógica nos quais objetivos e ações convergentes possam ser traçados (Montero, 2006, Góis, 2005), garantindo-se, porém, a existência rica de singularidades, heterogeneidades e conflitos nas dinâmicas estabelecidas nesses processos. Freitas (1998, p. 4) afirma que o diferencial desse método está no fato de que:

Tanto profissional como a comunidade e seus representantes estabelecem relações horizontais de discussão, análise e definição sobre as problemáticas a serem consideradas e as possibilidades de resolução e/ou enfrentamento para as mesmas. [...] Neste processo, os dois – psicólogo e comunidade – não estão definidos e muito menos têm suas identidades e papéis fixos.

Diante dessas características gerais do método que fundamenta a práxis em psicologia comunitária, que semelhanças há entre este e o método genético desenvolvido por Vigotski? Primeiramente, ao invés de se centrarem em elementos atomizados do psiquismo, ambos enfocam a processualidade no estudo da condição humana, o que faz com que, no caso, por exemplo, do comportamento e da consciência, a Perspectiva Histórico-Cultural e a Psicologia Comunitária interessem-se pelas suas possibilidades de constituição, e não tanto pelos resultados dos seus desenvolvimentos.

Um outro ponto metodológico ressaltado por Vigotski e que é, sobremaneira, consoante à práxis em psicologia comunitária diz respeito à pertinência dos processos interacionais pautados na colaboração, tanto a que se estabelece entre os próprios atores comunitários, quanto a que se dá entre estes e o psicólogo comunitário. Nesse sentido, as seguintes palavras vigotskianas, a despeito de se referirem ao desenvolvimento infantil, enaltecem a colaboração no desenvolvimento do psiquismo do ser humano de maneira irrestrita:

[...] As nossas investigações mostraram que, nesse período, operamos com a natureza puramente social dos processos de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que surgem a partir do desenvolvimento cultural da criança, cuja fonte são a colaboração e a aprendizagem. (Vigotski, 2001a, p. 335).

Além do privilégio de processos interacionais, vale mencionar outro aspecto em que é possível identificar semelhanças entre o método genético e o método em psicologia comunitária: tanto um quanto o outro valorizam não só as trocas efetuadas entre os “agentes internos” de um grupo, por exemplo, mas também o uso de mediações construídas com a presença de “agentes externos”. Nesse sentido, o conceito de ZDP oportuniza que o psicólogo comunitário, ao invés de se centrar em características inerentes ao sujeito e em suas funções já desenvolvidas, possa analisar, prospectivamente, sistemas e situações de interação, bem como planejar estratégias coletivas que propiciem a emergência de espaços interpsicológicos de troca e criação, onde sentidos possam fluir, transitar, e onde saberes e práticas sejam problematizados.

Assim, preconiza-se que a participação de um “agente externo” na dinâmica de um grupo comunitário pode ser um importante vetor na potencialização de processos de aprendizagem e de desenvolvimento que são estabelecidos ali. Ainda sobre isso, uma alusão de Vigotski à situação de ensino-aprendizagem na sala de aula aponta para nuances dessa mediação semiótica apregoada pela perspectiva histórico-cultural, no sentido de garantir a condição ativa e criativa dos participantes. Tal citação também adquire relevância no trabalho do psicólogo comunitário, visto que confere respaldo teórico-metodológico a práticas sociais dialógicas – no sentido antônimo de práticas autoritárias, como apontava Paulo Freire (1980) - em detrimento da transmissão de conhecimentos:

Não menos que a investigação teórica, a experiência pedagógica nos ensina que o ensino direto de conceitos sempre se mostra impossível e pedagogicamente estéril. O professor que envereda por esse caminho costuma não conseguir

⁴ As citações de Montero (2006) presentes no texto foram traduzidas pelos autores.

senão uma assimilação vazia de palavras, um verbalismo puro e simples que estimula e imita a existência dos respectivos conceitos na criança mas, na prática, esconde o vazio. Em tais casos, a criança não assimila o conceito mas a palavra, capta mais de memória que de pensamento e sente-se impotente diante de qualquer tentativa de emprego consciente do conhecimento assimilado. (Vigotski, 2001a, p. 247).

Neste instante, após as aproximações empreendidas, cabe destacar aspectos metodológicos ligados à perspectiva histórico-cultural que podem ser de grande valia no aprimoramento da atuação em psicologia comunitária. A perspectiva histórico-cultural, inclusive em seus matizes contemporâneos, reitera a necessidade metodológica de se empreender um olhar microgenético para as interações sociais, a fim de entender o processo pelas quais estas se convertem em funções psicológicas.

Em pesquisas atuais, como a de Colaço et al. (2007), percebe-se que a análise microgenética se viabiliza pelo uso do conceito de ZDP. A razão para a junção entre aquele método e este construto teórico se justifica porque, para Góes (2000a, p. 11), a análise microgenética trata-se, exatamente, da “análise minuciosa de um processo, de modo a configurar sua gênese social”. Para tanto, sua aplicação “requer a atenção a detalhes e o recorte de episódios interativos, sendo o exame orientado para o funcionamento de sujeitos focais, as relações intersubjetivas e as condições sociais da situação, resultando num relato minucioso dos acontecimentos” (Góes, 2000a, p. 9).

Eis, então, um dos grandes diferenciais metodológicos da perspectiva histórico-cultural, claramente importante para a atuação do psicólogo comunitário: acompanhar a formação da subjetividade pessoal, como as formas de construir sentidos para as relações, sem as desvincular das questões sociogenéticas, como a história, as práticas sociais e os signos que circulam também em dinâmicas microsociais.

Cabe, neste instante, uma pergunta capital: Como, de fato, um psicólogo comunitário pode referenciar-se numa perspectiva microgenética que favoreça interações produtoras de desenvolvimento para seus partícipes? As palavras de Lunt (1994, p. 237) fornecem pistas a essa interrogação: “de acordo com Vygotsky, para obter uma avaliação abrangente

do funcionamento cognitivo de um indivíduo, é necessário que nos ocupemos da atividade colaborativa e investiguemos esse tipo de atividade”. Se tal raciocínio for aplicado à psicologia comunitária calcada nas sistematizações de Góis (1994), pode-se inferir que a chave para a questão ora colocada radica-se no acompanhamento microgenético de atividades comunitárias ou na facilitação destas.

Em síntese, a atividade comunitária consiste em um processo interativo e coletivo pelo qual os sujeitos constroem saberes e forjam-se subjetivamente, na mesma medida em que também deflagram rearranjos no entorno social em que vivem a fim de transformá-lo. Para Góis (2005) a atividade comunitária, além de possuir as mesmas funções que Leontiev (1978) atribuiu à atividade humana de uma forma geral, quais sejam, mediação, orientação e interiorização, direciona-se para a transformação social e:

Para a autonomia do morador e da própria comunidade. A atividade comunitária, então se dirige não somente para o desenvolvimento da autonomia da gestão coletiva e competência na resolução de problemas, mas também para a realização dos motivos pessoais e comunitários [...] Leva inclusive à contínua superação das contradições entre o individual e o social na comunidade, além da construção de uma ética comunitária. (Góis, 2005, p. 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe à tona possíveis conexões entre a Perspectiva Histórico-Cultural e a práxis do psicólogo comunitário. As conexões, então, realizaram-se em torno dos seguintes pontos do pensamento vigotskiano: a gênese social das funções psicológicas propriamente humanas, a mediação semiótica, o método genético de investigação, a mútua implicação entre aprendizagem e desenvolvimento, bem como o conceito de ZDP.

Em face das conexões empreendidas alhures, conclui-se, em primeiro lugar, que o legado de Vigotski amplia o campo de inteligibilidade sobre a complexidade das interações sociais, visto que endossa também as relações do sujeito com a multiplicidade de signos e sentidos engendrados culturalmente, o que é fundamental para os debates

sobre as relações comunitárias na contemporaneidade. Em segundo lugar, destaca-se o potencial do pensamento vigotskiano no que concerne à superação de dicotomias cristalizadas, ainda hoje, não só na Psicologia, como “social” e “individual”, e de concepções naturalizadas do desenvolvimento humano, visto que se põe em relevo a relação dialética existente entre o contexto sócio-comunitário e a construção de subjetividades. Deste eixo provêm outros dois pontos importantes: a centralidade da diade atividade comunitária - consciência na análise do desenvolvimento dos atores comunitários e a ênfase na potência criativa destes, dado o lugar de destaque ocupado pela mediação semiótica.

Isso posto, as ideias alinhavadas por Vigotski podem favorecer com que a análise dos processos psicossociais, no âmbito da psicologia comunitária, rechace perspectivas essencialistas e individualizantes, sem, todavia, incidir em perspectivas mecanicistas ou ambientalistas na explicação das relações entre os contextos comunitários e os seus atores constituintes. Ademais, podem endossar a ênfase nas potencialidades e nos devires dos processos interacionais existentes na tessitura comunitária, para o que contribui o conceito de ZDP como espaço relacional de troca e de criação, intimamente associado ao viés prospectivo do método vigotskiano.

No que tange mais precisamente às aproximações metodológicas, denotou-se que os pontos trazidos por Vigotski sobre o método genético podem ser de grande proficuidade ao método em psicologia comunitária. Duas características deste método são emblemas disso: a ênfase na processualidade do desenvolvimento dos atores comunitários e, conseqüentemente, o acompanhamento das atividades de natureza mediada e coletiva que estes desenvolvem, com destaque para a possibilidade de se aliar a análise microgenética ao transcorrer de atividades comunitárias.

As conexões realizadas entre os dois métodos fazem presumir que o método genético, uma vez que enfatiza as condições de produção, seja do conhecimento, seja da subjetividade, pode dar fundamentação à ênfase do método da psicologia comunitária nas interações psicólogo-contexto comunitário e nas atividades coletivas consoantes ao contexto dos participantes.

Por sua vez, os alicerces da investigação vigotskiana sobre a relação aprendizagem-desenvolvimento podem respaldar o categórico realce do método de psicologia comunitária ao diálogo e à colaboração entre os próprios atores comunitários e entre estes e o psicólogo, o que oportuniza um campo de possibilidades maior de co-construção de saberes e práticas. Com isso, a conexão entre a Perspectiva Histórico-Cultural e a Psicologia Comunitária torna mais consistentes os discursos que esta emana, nos quais, mormente, é preconizada a edificação conjunta de conhecimento, de práxis transformadoras e de subjetividades, com vistas à ampliação de laços sociais.

Cumprido, por fim, trazer à baila que as aproximações teórico-metodológicas realizadas podem auxiliar a elucidação das contribuições efetivas de um psicólogo comunitário no contexto aonde este venha a atuar. Assim sendo, uma vez enfatizados os processos interacionais e o seu caráter mediador na construção de conhecimento e subjetividades, o psicólogo comunitário assume um lugar de interlocução em processos de aprendizagem e desenvolvimento, inspirando-se nas seguintes diretrizes:

- 1) fomento de relações dialógicas que integrem vinculação sócio-afetiva, construções compartilhadas de conhecimento e ação transformadora, a fim de que pessoas e grupos ampliem suas possibilidades de criação/apropriação de sentidos e se reconheçam na condição de co-construtores de si e dos seus contextos;
- 2) facilitação de processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, a fim de fortalecer atividades e positividade já existentes no contexto e, ou constituir novas atividades e positividade;
- 3) colaboração, a um só tempo, na constituição de um campo de práxis comum e na produção de diversidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio à elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Barros, J. P. P. (2007). **Psicologia e políticas públicas: Um estudo sobre a práxis de psicólogos no projeto Raízes de Cidadania e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Fortaleza**. Monografia de conclusão de curso, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Campos, R. H. F. (Org.). (2000). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes.
- Colaço, V. F. R. (2001). **Interações em sala de aula: Um estudo da atividade discursiva de crianças em séries iniciais**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Colaço, V. F. R., Mota, M. L. A., Chaves, H. V. Pereira, E., & Sá, T. S. (2007). Estratégias de mediação em situação de interação entre crianças em sala de aula. **Estudos em Psicologia**, *12*(1), 47-56.
- Freire, P. (1980). **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire** (3a ed.). São Paulo: Moraes.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e crítica**, *11*(1), 175-189.
- Freitas, M. F. Q. (2005). Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as psicologias sociais da libertação e comunitária. **Rev Psico**, *36*(1), 47-54.
- Góes, M. C. R. (2000a). A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Caderno CEDES**, *20*(50), 9-25.
- Góes, M. C. R. (2000b). A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. **Educação & Sociedade**, *21*(71), 116-131.
- Góis, C. W. L. (1994). **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: Edições UFC.
- Góis, C. W. L. (2005). **Psicologia comunitária: Atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Lane, S. T. M. (1995). Avanços da psicologia social na América Latina. In S. T. M Lane, & B. Sawaia. (Org.). **Novas veredas da psicologia social**. (pp. 67-81). Rio de Janeiro: Brasiliense.
- Leontiev, A. (1978). **Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário.
- Lunt, I. (1994). A prática de avaliação. In I. Daniels. (Org.). **Vygotsky em foco: Pressupostos e desdobramentos**. (pp. 219-252). Campinas: Papirus.
- Mainardes, J., & Pino, A. (2000). Publicações brasileiras na perspectiva vigotskiana. **Educação & Sociedade**, *21*(71), 255-269.
- Martín-Baró, I. (1998). **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta.
- Meira, L. R. L. (2003). Zonas de desenvolvimento proximal nas salas de aula de ciências e matemática. In M. R. Castro, (Org.). **VETOR: Série de divulgação científica em educação matemática** Vol 1. (pp. 5-23). Campos: FAFIC.
- Montero, M. (2003). **Teoría y práctica de la psicología: La tensión entre comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2004). **Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). **Hacer para transformar: El método en la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós.
- Scarparo, H. B. K., & Guareschi, N. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. **Psicologia e Sociedade**, *19*(2), 100-108.
- Sirgado, A. P. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, *21*(71), 45-78.

- Traverso-Yépez, M. (1999). Os discursos e a dimensão simbólica: Uma forma de abordagem à Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, 4(1), 39-59.
- Valsiner, J., & Van der Veer, R. (2000). **A inclusão da distância: O conceito de “Zona de Desenvolvimento Proximal” e suas interpretações**. Recuperado em 10 fev. 2008: Disponível em: <http://delari.sites.uol.com.br>
- Vieira, E. M., & Ximenes, V. M. (2008). Conscientização: Em que interessa este conceito à psicologia. **Revista Argumento**, 26(52), 11-22.
- Vigotski, L. S. (1991). **Problemas teóricos y metodológicos de la psicología**. (Obras escogidas I). Madrid: Visor.
- Vigotski, L. S. (1993). **Pensamiento y lenguaje**. (Obras escogidas). Madrid: Visor. (Texto original publicado em 1934).
- Vigotski, L. S. (1994). **Formação social da mente** (5a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1999a). **Teoria e método em psicologia** (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1999b). **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000). Psicologia concreta do homem. **Educação & Sociedade**, 21(71), 23-44.
- Vigotski, L. S. (2001a). **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2001b). **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.
- Vigotski, L. S., & Luria, A. R. (1996). **Estudos sobre a história do comportamento: O macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Wertsch, J. V., & Smolka, A. L. B. (1995). Continuando o diálogo: Vygotsky, Bakhtin e Lotman. In Daniels, H. (Org.). **Vygotsky em foco: Pressupostos e desdobramentos**. (pp. 121-150). Campinas: Papirus.
- Zanella, A. V. (2004). Doce, pirâmide ou flor?: O processo de produção de sentidos em um contexto de ensinar e aprender. **Revista Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 9(17), 91-112.

Recebido: 16/10/2008

Received: 10/16/2008

Aprovado: 15/12/2008

Approved: 12/15/2008